

PARTE III

RELATÓRIO GOVERNO DA SOCIEDADE



III GOVERNO DA SOCIEDADE

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados aqui apresentados resultam da atividade da empresa durante o ano de 2011.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 430.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Introdução	4
Missão, Objetivos e Políticas	5
Gestão do Risco Financeiro	8
Órgãos Sociais.....	10
Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais.....	17
Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos.....	20
Informação Sobre Transações Relevantes com Entidades Relacionadas	23
Informação Sobre Outras Transações	24
Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores.....	26
Cumprimentos Deveres Especiais de Informação	27
Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2010.....	28
Cumprimento das "orientações ao nível das remunerações":	29
Componente Variável de Remunerações.....	30
Normas de Contratação Pública.....	31
Racionalização de política de aprovisionamento de Bens e Serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas.....	33
Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento	34
Cumprimento do Plano de Redução de Custos.....	35
Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado	36
Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental.....	37
Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	38
Código de Ética e Conduta	40
Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de modo a Proteger os Investimentos e os seus Ativos.....	41
Identificação dos Mecanismos Adotados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses	42
Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Atualizada	43
Publicidade Institucional.....	44
Sistema de Gestão de Riscos	45
Anexos	47

Introdução

O tratamento adequado das questões relativas ao sistema de governo das sociedades, bem como a divulgação periódica – junto dos seus stakeholders, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral – das posições e soluções adotadas pela REFER, E.P.E. nesta matéria, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial.

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspetos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pela RCM n.º 49/2007 e do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 5/2008.

Missão, Objetivos e Políticas

Pelo instituído no Decreto-Lei 104/97 de 29 de abril, a REFER, E.P.E., tem como objeto principal o serviço público de gestão da rede ferroviária nacional. Incluem-se ainda no objeto:

- A construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respetivo estudo, planeamento e desenvolvimento.
- O comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a infraestrutura ferroviária.
- Atividades complementares ou subsidiárias do objeto principal.

Em 2008 os Estatutos da REFER foram republicados, através do Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de julho, o qual entrou em vigor em 23 de julho. Este Decreto-Lei vem alterar e republicar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Assim, a Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P., é transformada em Entidade Pública Empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos.

Natureza da REFER, E. P. E.:

“A REFER, E. P. E., é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita à tutela dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes.”

Sinteticamente a REFER tem como Missão:

“Proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente.”

E como Visão:

“A REFER será uma referência europeia na gestão da infraestrutura ferroviária”

Para o desenvolvimento da sua atividade, a REFER estruturou-se diferenciando as duas vertentes da sua missão, mas considerando que o seu objeto principal se centra na prestação de serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária. No entanto, toda a estrutura corporativa e administrativa serve indiferentemente as duas atividades.

Para além das atividades desenvolvidas no âmbito das missões Gestão da Infraestrutura e Gestão de Investimento, a REFER no desenrolar do seu normal funcionamento, desenvolve ainda outras atividades complementares.

A REFER, de acordo com o seu objeto social, atua em duas áreas de negócio que se complementam:

- **Gestão e Exploração da Infraestrutura**, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, que engloba o comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a infraestrutura ferroviária.
- **Investimento** na construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respetivo estudo, planeamento e desenvolvimento; atividade esta, que é desenvolvida por conta do Estado (os bens que integram o domínio público ferroviário).
- **Outras Atividades**, como a construção, instalação e gestão dos interfaces com os serviços de outros modos de transporte.

No desenvolvimento das suas atividades, dado o seu objeto, a REFER detém, total ou parcialmente, um conjunto de empresas que, pela natureza das suas atividades, são complementares ou subsidiárias do serviço público de gestão de infraestrutura ferroviária.

Através da resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 novembro, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes (PET), o qual define as prioridades de atuação no setor das Infraestruturas e transportes no horizonte 2011 – 2015 e que assenta em três vetores de atuação prioritária:

- a) "Cumprir os compromissos externos assumidos por Portugal e tornar o setor financeiramente equilibrado e comportável para os contribuintes portugueses;
- b) Alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional;
- c) Assegurar a mobilidade e acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social."

(in: Plano Estratégico dos Transportes)

Ao nível da missão, destacam-se como Objetivos e Políticas da Empresa:

- Contenção de gastos e melhoria da eficiência;
- Ajustamento das condições e dos meios afetos à realização das atividades da Empresa aos condicionalismos decorrentes do PEC e do Memorando de Entendimento;
- Promoção de adequados níveis de segurança e de qualidade e fiabilidade do serviço;
- Conclusão da execução das intervenções e projetos em curso;
- Execução das intervenções essenciais à manutenção de adequados níveis de segurança e de serviço.

Gestão do Risco Financeiro

No âmbito do Despacho n.º 101/09-SETF de 30 de janeiro é definido um conjunto de instruções a observar pelas empresas públicas não financeiras (EPNF) com vista à minimização dos efeitos de volatilidade dos mercados financeiros sobre os seus resultados financeiros. No quadro abaixo detalha-se o nível de cumprimento daquelas instruções:

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01

	Cumprido			Descrição
	Sim	Não	Não Aplicável	
Procedimento adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	√			Descobertos; papel comercial; mútuos; empréstimos obrigacionistas
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	√			Taxa fixa; taxa variável
Diversificação de entidades credoras	√			> 10 entidades credoras
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	√			swaps de taxa de juro
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: Transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	√			Empréstimo do Estado
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	√			bid competitivo
Minimização da prestação de garantias reais	√			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	√			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			√	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			√	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			√	
Inclusão nos E&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	√			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	√			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	√			
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
	√			

Legenda

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

Em 2011, através do Despacho nº 896/2011-SETF de 9 de junho, ficaram as EPNF obrigadas "... a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF, incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho nº 101/09-SETF de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP);...".

As operações de IGRF realizadas pela REFER a partir de junho de 2011 foram objeto de autorização tutelar e parecer do IGCP previamente à sua celebração.

Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos (Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de abril) a REFER, E.P. tem como órgão de gestão o Conselho de Administração e como órgão de fiscalização a Comissão de Fiscalização. O Decreto-Lei 141/2008 de 22 de julho, veio transformar a REFER numa entidade pública empresarial procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos. As competências da antiga comissão de fiscalização são, agora, repartidas por dois novos órgãos sociais: Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Até ao dia 31 de dezembro de 2011, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que a Comissão de Fiscalização se manteve em funções.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG. LUÍS FILIPE MELO E SOUSA PARDAL

- Secretaria-Geral
- Direcção-Geral de Desenvolvimento da Rede
- Direcção de Coordenação de Capital Humano, Organização e Suporte Jurídico

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG.º ALBERTO JOSÉ ENGENHEIRO CASTANHO

RIBEIRO

- Engenharia e Exploração da Infraestrutura
- Segurança
- Logística

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DR. ROMEU COSTA REIS

- Auditoria Interna
- Comunicação e Relações Internacionais
- Fundos Comunitários

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG.º CARLOS ALBERTO JOÃO FERNANDES

- Direcção de Coordenação de Economia e Finanças
- Sistemas e Tecnologias de Informação
- Gestão de Concessões da Alta Velocidade
- Contratualização com o Estado

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela.

Em 2011 o Conselho de Administração efetuou 50 reuniões com periodicidade semanal.

Mês	Número de reuniões
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	5
Abril	3
Maio	4
Junho	5
Julho	4
Agosto	4
Setembro	5
Outubro	4
Novembro	5
Dezembro	3
TOTAL	50

Nas suas reuniões o Conselho de Administração, no âmbito das suas competências delibera sobre:

- Os objetivos, estratégias e políticas de gestão da empresa
- Os planos de atividades e os planos de investimentos e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais, submetendo-os à aprovação do ministro das Finanças e do ministro da tutela;
- Apresentação ao ministro das Finanças e ao ministro da tutela, até 31 de março de cada ano, dos documentos de prestação de contas anuais, acompanhados do parecer da comissão de fiscalização, com referência a 31 de dezembro do ano anterior;
- Gestão dos negócios da empresa e das operações relativas à prossecução do respetivo objeto;
- Contração de empréstimos ou outras formas de financiamento, desde que previstos nos planos de investimentos e financiamentos aprovados podendo, para o efeito, constituir garantias, ónus ou encargos sobre bens e direitos do domínio privado da empresa;
- Requisição às autoridades competentes de providências de expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e estabelecimento de limitações ao uso de prédios ou de zonas de proteção e de exercício de servidões administrativas;

- g) A organização técnico-administrativo da empresa e as normas de funcionamento interno, bem como as relativas ao pessoal, sem prejuízo dos direitos emergentes das convenções coletivas de trabalho;
- h) Designação e exoneração dos responsáveis da estrutura orgânica da empresa;
- i) A participação da empresa no capital de outras empresas ou sociedades.

Os membros do Conselho de Administração da REFER, em 31 de dezembro de 2011, faziam parte dos Conselhos de Administração das empresas do grupo:

Nome	Cargo REFER	Empresa	Cargo
Eng. Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Rave	Presidente
Dr. Romeu Costa Reis	Vogal	Ferbritas	Presidente
		Rave	Vogal
Eng. Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	REFER Património	Presidente
		Rave	Vogal
Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Refer Telecom	Presidente
		Rave	Vogal

Objetivos Anuais 2009-2011

Estabelece o Decreto-lei nº 71/2007 que o desempenho das funções de gestão praticadas pelos gestores públicos deve ser objeto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objetivos fixados nas orientações previstas no art.º 11º do DL 558/99, de 17/12, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em assembleia geral (art.º 6.º, n.º 1). No seguimento do preconizado pelo referido Decreto-lei foi assinado, em 30 julho de 2009, entre a Administração da REFER e o Ministério das Finanças e da Administração Pública - Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações - Secretaria de Estado dos Transportes (representantes do estado português), um Contrato de Gestão, com cada um dos Administradores, o qual estabelece indicadores e metas quantificadas com vista à prossecução dos objetivos estabelecidos, para o triénio 2009-2011.

Os indicadores e metas propostos para 2011, assim como o seu grau de realização foram os definidos na tabela abaixo:

REFER Objectivos Anuais 2009 . 2011

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2009	2010	2011	Ponderação
			Meta	Meta	Meta	
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns)	$[\text{Custos de Funcionamento Ano N} / \text{Custos de Funcionamento Ano N-1}] - 1$	8%	4%	3%	20%
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	$(\text{Saldo fornecedores exigível}) / (\text{Compras} + \text{FSE} + \text{Investimento}) \times 365$ (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	50 dias	42 dias	36 dias	5%
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA	$\text{EBITDA} / \text{Rendimentos Próprios (em \%)}$	-157%	-138%	-129%	20%
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	$\geq 14\text{M €}$	$\geq 15\text{M €}$	$\geq 16\text{M €}$	15%
5. Qualidade e Fiabilidade do serviço	Índice de Pontualidade	$[\text{Ipp} \times \text{CP} / \text{CT} + \text{IPm} \times \text{CM} / \text{CT}] / \text{CT}$ (%)	83%	84%	85%	10%
	Índice de Qualidade da rede (IQV)	Através de Equipamento específico são avaliados os parâmetros técnicos da rede função dos quais é construída uma estrutura qualitativa do estado da rede.	Bom: 67 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 4	Bom: 68 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 3	Bom: 69 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 2	10%
6. Segurança	Número de acidentes significativos ocorridos por comboio/quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	Nº de Acidentes Significativos/CK realizados	1,771	1,682	1,597	5%
7. Controlo dos Investimentos	Desvio Financeiro	$\text{Desvio financeiro da execução do orçamento Investimentos (\%)} = ((\text{Execução financeira no período}) / (\text{Valor orçamentado no período}) - 1)$	$\leq 12\%$	$\leq 11\%$	$\leq 102\%$	15%

Objectivos de Gestão para 2011

Realização 2011

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2011		
			Real	Meta	Desvio
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns) (%)	$[\text{Custos de Funcionamento Ano N} / \text{Custos de Funcionamento Ano N-1}] - 1$	-8,6%	3,0%	- 11,6 p.p.
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores (dias)	$((\text{Compras} + \text{FSE} + \text{Investimento}) / (\text{Saldo fornecedores exigível})) \times 365$ (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	80 dias	36 dias	44 dias
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA (%)	EBITDA/Rendimentos Próprios (em %)	-144%	-129%	- 15 p.p.
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core (M €)	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	115 M €	>= 16 M €	-4,49204056
	Índice de Pontualidade (%)	$[(\text{pp} \times \text{CP} / \text{CT} + \text{IP} \times \text{CM} / \text{CT}) / \text{CT}] \times \text{CT}$ (%)	88%	85%	3 p.p.
5. Qualidade e Fiabilidade de Serviço	Índice de Qualidade da Rede (IQV)	Através de equipamento específico são levantados os defeitos geométricos da via em função dos quais é construída uma estrutura qualitativa do estado da rede.	Bom:66% Aceitável:24% Deficiente:7% Mau:3%	Bom:69% Aceitável:23% Deficiente:6% Mau:3%	Bom: -3 p.p. Aceitável: 1 p.p. Deficiente: 1 p.p. Mau: 1 p.p.
6. Segurança (*)	Número de acidentes significativos ocorridos por milhão de comboio quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	$\text{N.º de Acidentes Significativos} / 10^6 \text{ck realizados}$	0,773	1,597	-0,824
7. Controlo dos investimentos (**)	Desvio Financeiro (%)	Desvio Financeiro de execução do orç. Investimento (%) $((\text{Execução Financeira no período}) / (\text{Valor Orçamentado no período}) - 1)$	7%	<= 10%	- 3 p.p.

Órgãos de Fiscalização (Decreto-Lei 141/2008 de 22 de julho)

“Os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa.”

Conselho Fiscal

“Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

- a) Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da empresa, tendo em vista nomeadamente, a realização dos objetivos fixados nos orçamentos anuais;
- b) Emitir pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo Conselho de Administração, bem como o relatório anual do referido conselho;
- c) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
- d) Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
- e) Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos atos do Conselho de Administração nos casos em que a lei exigir a sua aprovação ou concordância."

Revisor Oficial de Contas

"Compete ao Revisor Oficial de Contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal de contas, bem como exercer as seguintes funções:

- a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela empresa conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Trimestralmente, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas devem enviar aos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes um relatório sucinto que refira os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação aos orçamentos e respetivas causas."

Conforme referido anteriormente, até ao dia 31 de dezembro de 2011, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que de acordo com o Decreto-Lei 141/2008 de 22 de julho, a Comissão de Fiscalização se manteve em funções.

Comissão de Fiscalização

Comissão de Fiscalização

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Presidente (ROC)	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Representada por Dr. Issuf Ahmad	
Vogal	Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira	DC SETF e SET de agosto 2007
Mandato suspenso	Dr. José Manuel Alves Portela	

Auditoria

No exercício de 2011 a empresa não contratou auditor externo.

Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

O estatuto remuneratório fixado para os órgãos sociais da REFER E.P.E., à data de 31 de dezembro, é:

1. Conselho Administração

Administradores Executivos

Presidente

- Remuneração de 6 864,70 euros, 14 vezes por ano;

Vogais

- Remuneração de 5 991,65 euros, 14 vezes por ano.

Nota: sobre as remunerações acima referidas aplica-se a redução decorrente da Lei nº 55-A/ 2010.

2. Comissão de Fiscalização

Vogal da Comissão de Fiscalização

Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira

- Remuneração Exercício Comissão Fiscalização 950,51€12 vezes por ano

(a partir de abril de 2011 suspendeu a remuneração pelo exercício do cargo).

As remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração, em 2011, são:

Conselho de Administração - Remunerações 2011

[euros]

	Eng. Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Dr. Romeu Costa Reis	Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Eng. Carlos Alberto João Fernandes
	Presidente	Vogal	Vogal	Vogal
1. Remuneração				
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	101 164	88 298	88 298	88 298
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	5 058	4 415	4 415	4 415
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	9 611	8 388	8 388	8 388
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	86 495	75 499	75 499	75 499
1.5. Senha de presença (€)				
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)				
1.7. Remuneração variável (€)				
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)				
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)				
2. Outras regalias e compensações				
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	1200	1200	1200	1200
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	305	276	862	823
2.3. Subsídio de deslocação (€)				
2.4. Subsídio de refeição (€)				
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)				
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Proteção Social (€)	20 543	5 975	14 297	14 297
3.2. Seguros de saúde (€)	247	247	247	247
3.3. Seguros de vida (€)	32	32	32	32
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)				
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)				
4. Parque Automóvel				
4.1. Marca	Volvo	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2. Modelo	S80	E220 CDI	E220 CDI	E220 CDI
4.3. Matrícula	74-IO-93	48-FT-67	30-EF-86	30-EF-57
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	AOV	AOV	AOV	AOV
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	57 397	48 167	48 167	48 167
4.6. Ano Início	30-12-2009	05-06-2008	21-08-2007	21-08-2007
4.7. Ano Termo	29-12-2013	04-06-2012	31-12-2011	31-12-2011
4.8. N.º prestações (se aplicável)	48	48	52	52
4.9. Valor Residual (€)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	17 369	13 094	18 576	12 841
4.11. Combustível gasto com a viatura (L)	2 445	1944	3 551	2 537
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (L)	3.600	3.600	3.600	3.600
4.13. Outros (portagens e reparações) (€)	617	110	1.064	2.741
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	Não
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem (€)				
5.3. Regime de Proteção social	Regime Normal	Caixa Geral Aposentações	Regime Normal	Regime Normal
5.3.1. Segurança social (s/n)	sim	não	sim	sim
5.3.2. Outro (indicar)				
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)				
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/2008 de 22 de julho, a REFER, E.P.E é fiscalizada por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas. Este mesmo Decreto-Lei prevê, que até à sua designação, os membros da Comissão de Fiscalização se mantêm em funções.

Comissão de Fiscalização 2011

[euros]

	Hilário Manuel Marcelino Teixeira	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda
Remuneração		
Remuneração base	3 802	
Segurança social obrigatória	903	
Regime Segurança Social	Regime Normal	
Honorários *		47 437
TOTAL	4 705	47 437

* ho no rários acordados para o exercicio de 2011

Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos

Neste capítulo pretende-se elencar os regulamentos externos e internos a que a REFER está sujeita:

- **Constituição da República Portuguesa** - VII Revisão Constitucional no seu art.º 84 consagra as linhas férreas nacionais como Domínio Público.
- **Lei n.º 10/90 de 17 de março** - aprova a lei de bases do sistema de transportes terrestres.
- **Decreto-Lei 104/97 de 29 de abril de 1997** cria a REFER, E.P., foi alterado e republicado, pelo Decreto-Lei 141/2008.
- **Decreto-lei n.º 558/99**, de 17 de dezembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) revisão do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado.
- **Decreto-Lei n.º 93/2000**, de 23 de maio, estabelece as condições a satisfazer para realizar no território nacional as condições de interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade (transpõe a Diretiva n.º 96/48/CE, do Conselho de 23 de julho de 1996). É alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2003, de 11 de julho, que procede à supressão de omissões detetadas na transposição da Diretiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 93/2000, de 23 de Maio.
- **Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro**, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 24/2005, de 26 de janeiro**, altera o Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro.
- Em março de 2005 foi publicado o **Regulamento 21/2005** do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infraestrutura.
Na sequência do estabelecido neste diploma legal a **REFER** preparou e **publicou**, logo neste ano, a primeira edição do **Diretório da Rede** que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário.
- **Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro**, estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
- Relativamente a deveres de informação enquanto emitente de valores mobiliários a REFER deve publicar toda a informação exigida no **Código dos Valores Mobiliários**, bem como nos **Regulamentos da CMVM n.º 5/2008** (define os deveres de informação de emitentes de valores mobiliários) e **11/2005** que se refere à adoção das IFRS.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007**, de 7 de maio, define, a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Decreto-Lei n.º 231/2007**, de 14 de junho - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, que altera a Diretiva n.º 91/440/CEE, do Conselho, de 29 de julho, relativa ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários e, parcialmente, a Diretiva n.º 2004/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa à segurança dos caminhos-de-ferro da Comunidade, alterando e republicando o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro, que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da infraestrutura ferroviária.
Este diploma foi, ainda, alterado pelo Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 62/2010, de 9 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de abril** - aprova a lei orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, que tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do sector de transportes terrestres.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007** - aprova os princípios do Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- **Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro** - aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.
- **Decreto-lei n.º 71/2007**, de 27 de março - aprova o novo estatuto do **Gestor Público**, o qual foi modificado pelo **Decreto-Lei n.º 8/12 de 18 janeiro**.
- **Decreto-Lei n.º 280/2007**, de 27 de agosto - estabelece o regime jurídico do património imobiliário público.
- **Decreto-Lei n.º 300/2007** de 23 de agosto - procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, que estabelece o regime do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas.
- **Decreto-Lei 18/2008**, de 29 de janeiro e legislação complementar - aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008** - aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.
- **Decreto-Lei n.º 58/2008**, de 26 de março - estabelece o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia, velocípedes e outros bens.
- **Decreto-Lei n.º 77/2008**, de 29 de abril - altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, que aprova o Regulamento de Passagens de Nível e estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de supressão de passagens de nível.
- **Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio** - através do Decreto -Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, procedeu-se à alteração do regime jurídico do sector empresarial do Estado constante do Decreto -Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro,

tendo em conta a experiência colhida ao longo de cerca de oito anos na respetiva aplicação prática e a necessidade de assegurar a harmonia entre aquele regime e o novo Estatuto do Gestor Público, constante do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

- **Decreto-Lei n.º 141/2008**, de 22 de julho - o qual altera e republica os Estatutos da REFER, tendo entrado em vigor em 23 de julho de 2008. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respetivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., é transformada em entidade pública empresarial com a designação **Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P. E.**
- **Portaria n.º 701-D/2008**, de 29 de julho, aprova o modelo de dados estatísticos a remeter pelas entidades adjudicantes à Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., ou ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., consoante o caso, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos.
- **Decreto-Lei n.º 69-A/2009**, de 24 de março - estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2009, aprovado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de março.
- **Portaria n.º 959/2009**, de 21 de agosto - é aprovado o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos de empreitada de obras públicas.
- **Resolução Conselho Ministros n.º 1/2011 de 4 janeiro - estabelece a aplicação das normas de redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público.**
- **Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março** - estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011.
- **Lei n.º 52/2011, de 13 outubro** - procede à sexta alteração à lei do enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011 de 10 de novembro** - define o plano estratégico dos transportes.
- **Lei n.º 64-A/2011 de 30 de dezembro** - aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.
- **Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro** - aprova o Orçamento do Estado para 2012.
- **Lei n.º 64-C/2011 de 30 de dezembro** - aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015.
- **Decreto-Lei n.º 126-C/2011 de 29-12** - que aprova a lei orgânica do Ministério da Economia e do Emprego, passando o IMTT a designar-se Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Informação Sobre Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

Durante o ano de 2011 as transações mais relevantes, da REFER com empresas do grupo, são os que se encontram no quadro seguinte:

Transações Relevantes com empresas do Grupo REFER

[euros]

Empresa	Descrição da Transacção	Montante
Rave- Rede de Alta Velocidade, S.A.	Prestação de serviços	- 551 095
	Total	- 551 095
REFER TELECOM -Serviços de Telecomunicações, S.A.	Compras de serviços	13 910 685
	Prestação de serviços	-3 116 347
	Custos Financeiros	- 28 248
	Total	10 766 090
Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	Compras de serviços	12 334 325
	Prestação de serviços	-5 946 113
	Custos Financeiros	- 21649
	Total	6 366 562
Refer Património	Compras de serviços	84 535
	Prestação de serviços	-2 347 567
	Custos Financeiros	- 2 492
	Total	-2 265 524

Informação Sobre Outras Transações

A partir do dia 30 de julho de 2008 a REFER, E.P.E. passou a estar abrangida pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. O CCP, ao regular a matéria da contratação pública, efetua a transposição das diretivas comunitárias n.º 2004/17 e 2004/18 (ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004), definindo as regras até agora dispersas pelos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março (empreitadas de obras públicas);
- b) Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aquisições de bens e serviços);
- c) Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de agosto (empreitadas e aquisições no âmbito dos sectores especiais);
- d) Vários outros diplomas e preceitos avulsos relativos à contratação pública.

Em 2011 o Conselho de Administração deliberou sobre a constituição um Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública o qual tem por objetivo, nomeadamente, proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo quer decorrentes de alterações legislativas quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa.

No quadro seguinte apresentam-se os fornecedores cujo valor faturado foi superior a 1 milhão de euros:

[euros]			
Empresa	Valores Facturados em 2011	Empresa	Valores Facturados em 2011
Neopul - Soc Estudos Construções S.A.	32 883 102	Bombardier Transportation Portugal, S.A.	3 431 443
THALES PORTUGAL, S.A.	23 609 236	FITONOVO, S.A.	3 013 466
Obrecol - Obras e Construções S.A.	20 458 958	GIBB Portugal Strategic Alliance with Gibb Hold	3 007 384
SOMAGUE Engenharia S.A.	19 700 979	ELECTREN, SA - Sucursal em Portugal	2 977 725
OPWAY - Engenharia, S.A.	19 393 708	Satepor-Indústria de Travessas de Betão, S.A.	2 898 873
Dimetronic S.A.	19 206 743	VAE GMBH - Sucursal em Portugal	2 787 254
Ferrovias e Construções, S.A.	18 813 999	COBA - Consultores de Engenharia e Ambiente	2 479 925
Refer Telecom Serv Telecomunic S.A.	17 392 830	Geofer -Prod Com Bens Equipment S.A.	2 460 280
FERBRITAS - Empreend. Industriais e Comercia	16 643 070	Promorail - Tecnologias de Caminhos de Ferro	2 179 299
Edifer-Const.Pires Coelho & Fernandes, S.A.	12 302 145	EDP Serviço Universal, S.A.	1 676 799
Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov S.A.	9 452 552	Iberlim-Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.	1 555 550
DST - Domingos da Silva Teixeira	8 250 077	Ecofiac -Construção Civil e Obras Públicas, Lc	1 530 041
TECNOVIA - Sociedade de Empreitadas Lda	7 928 725	BRISA Engenharia e Gestão, S.A.	1 495 784
Somafel - Eng.Obras Ferroviárias S.A.	7 661 175	ECG Engenharia, Co ordenação Gestão de Emp	1 337 219
VIAS Y CONSTRUCCIONES SA	6 788 404	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia S.A.	1 294 244
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	6 757 263	RAILTECH PORSOL Prod. e Serviços Ferroviá	1 280 913
Ramalho Rosa Cobetar Soc. Constr.S.A.	6 281 342	FUTRIMETAL-Ind e Com de Prod Metál	1 197 779
EDP Comercial Comercialização de Energia,S,A	5 055 985	GIL - Gare Intermodal de Lisboa S.A.	1 117 751
Futrifer-Indústrias Ferroviárias S.A.	4 958 108	ENSULMECI - Gestão de Projectos de Engenh	1 067 103
Teixeira Duarte-Eng. Construções S.A.	4 762 802	LeasePlan Portugal-Com Alug Automóv e Equi	1 059 898
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	4 692 388	ALSTOM Portugal, S.A.	1 049 780
Grupo 8-Vigilância Prev Electr Lda	4 466 934	Aurélío Martins Sobreiro & F.ºs, S.A.	1 041 554
Construções Gabriel A. S. Couto S.A.	3 835 435	Viyella & Carvalho, Lda	1 017 933

Nota: Valores com IVA incluído

Anexos:

Anexo I – Contratos que não ocorreram em condições de mercado (ajuste direto)

Anexo II – Empreitadas de valor superior a 250 mil euros

Anexo III – Aquisição de Bens de valor superior a 250 mil euros

Anexo IV – Aquisição de Serviços de valor superior a 250 mil euros

Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores

(em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro)

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 34/2008, de 22 fevereiro, aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas, o qual tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas. Estabelece a RCM objetivos de prazos, a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores.

O Despacho nº 9870/2009 vem adaptar o cálculo do indicador do prazo médio de pagamentos.

A REFER publicita o seu prazo médio de pagamento no seu relatório e contas anual, trimestralmente no seu site, envia igualmente, mensalmente à DGTf os montantes que compõem a fórmula de cálculo do indicador.

A sua evolução, em 2011, foi:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

[dias]

	31-Dez-10	31-Mar-11	30-Jun-11	30-Set-11	31-Dez-11
PMP (dias)	61	66	65	75	80
cf.Despacho n.º 9870/2009					

O agravamento do indicador durante o ano de 2011 deve-se à situação recessiva da conjuntura económica com a consequente dificuldade de recurso ao mercado financeiro, o que levou a uma dependência da tutela financeira para cumprimento das suas responsabilidades.

Cumprimentos Deveres Especiais de Informação (em conformidade com o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio)

No cumprimento do Despacho n.º 14277/2008, o qual estabelece o reforço dos mecanismos de controlo financeiro e deveres especiais de informação, a REFER envia às tutelas, financeira e setorial, os seus Planos de Investimentos anuais e plurianuais, assim como as respetivas fontes de financiamento; orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado.

A informação é também prestada de forma desmaterializada no sistema de recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

A Empresa procede também à divulgação das remunerações da gestão no relatório e contas, site da empresa e Diário da República.

Deveres Especiais de Informação

[Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio]

	DGTF	SIRIEF	GPRI	IGOPTC	IGF
Planos de Actividades Anuais e Plurianuais	X	X	X	X	X
Orçamentos anuais incluindo estimativa de operações Financeiras com o Estado	X	X	X	X	X
Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento	X	X	X	X	X
Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhado dos relatórios do órgão de fiscalização	X	X	n.a.	n.a.	n.a.
Documentos de prestação anual de contas, bem como relatórios produzidos pelos auditores externos e relatório anual de fiscalização do Revisor Oficial de Contas	X	X	X	X	X

Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2010

As contas da REFER, referentes ao exercício de 2010, foram aprovadas por Despacho Conjunto, de 24 de novembro de 2011, dos senhores Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações. No referido Despacho determina-se que o Conselho de Administração tome as medidas necessárias para garantir o preconizado no Programa de Estabilidade e Crescimento, assim como no Despacho nº 510/10 do SETF, de 1 de junho, designadamente quanto ao limite máximo de acréscimo do endividamento, fixado em 6% para 2011; recomenda-se ao Conselho de Administração que tome as ações necessárias no sentido de dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas.

A REFER tomou as medidas de gestão necessárias ao cumprimento do preconizado no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Cumprimento das “orientações ao nível das remunerações”:

Dos órgãos sociais:

A REFER, E.P.E. efetuou uma redução de 5% na remuneração fixa mensal ilíquida do seu Conselho de Administração, de acordo com o determinado no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Dado que, nos termos do disposto no artigo 20.º, n.º 4 da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o disposto no artigo 12.º produziu efeitos a partir de 1 de junho de 2010 e tendo em consideração que na data de publicação daquele diploma legal já se encontravam processadas as remunerações na Empresa, foram efetuados no mês de julho de 2010 os correspondentes acertos na remuneração dos membros do Conselho de Administração, com vista à regularização da situação face à lei.

Com a publicação do Orçamento do Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro) e uma vez que os membros do Conselho de Administração da REFER, E.P.E. se encontram no âmbito subjetivo de aplicação da norma (cf. artigo 19.º, n.º 9, alínea q da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro), foi efetuada, na remuneração dos membros do Conselho de Administração da REFER, E.P.E., a redução remuneratória determinada no artigo 19.º daquela Lei. Esta última redução remuneratória, nos termos do disposto no artigo 19.º, n.º 8 da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro teve por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação da redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Dos restantes trabalhadores:

Os trabalhadores da REFER, E.P.E. cujas remunerações totais ilíquidas mensais são de valor superior a € 1500, foram objeto de redução remuneratória de acordo com o determinado no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, uma vez que se encontram no âmbito subjetivo de aplicação da norma (cf. artigo 19.º, n.º 9, alínea t da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro)."

Componente Variável de Remunerações

Determina o ofício circular nº 2590 que seja adotada por todo o Sector Empresarial do Estado uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração, designadamente não havendo lugar, nos anos de 2010 e 2011, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Assim, apesar de se reconhecer o cumprimento dos objetivos fixados, não houve lugar à atribuição de qualquer componente variável aos membros do Conselho de Administração.

Normas de Contratação Pública **(Orientações Constantes de Despacho n.º 438/10)**

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a REFER, E.P.E. encetou um trabalho exaustivo com vista à melhor adequação dos seus procedimentos internos às regras de contratação pública constantes daquele Código, na medida da aplicabilidade das mesmas a esta empresa.

Para o cumprimento desse desiderato, foi constituído um grupo de trabalho que criou um Manual Interno de Contratação, juntamente com a revisão de um conjunto de minutas tipo já existentes (Programas de Concurso, Cadernos de Encargos, etc.) bem como a criação de outras até então inexistentes (contendo aspetos específicos decorrentes das regras do CCP).

Em 2011, cumpridos os objetivos do grupo de trabalho inicial, e sendo imperativa a permanente atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo, de acordo com legislação que é produzida, foi constituído um novo Grupo de Trabalho permanente para a Contratação Pública, com o objetivo, nomeadamente, de proceder à atualização do Manual Interno de Contratação e dos documentos tipo (quer decorrentes de alterações legislativas, quer de alterações que melhor se adequem às finalidades da Empresa), bem como propor o que tiver por conveniente no âmbito da contratação pública, designadamente a elaboração de documentos tipo para os procedimentos de contratação ainda não existentes (nomeadamente de fornecimentos e de prestação de serviços de manutenção).

A REFER, E.P.E. tem vindo a utilizar, designadamente, documentação relativa à decisão de contratar contendo adequada fundamentação da necessidade e dos objetivos a atingir, sempre na ótica da melhor prossecução do interesse público subjacente a cada procedimento pré-contratual e da observância, entre outros, do princípio da transparência.

Não obstante, sempre numa perspetiva de melhoria e com vista ao acatamento das determinações mais recentes que impendem sobre as empresas públicas (designadamente no tocante aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€), foram aprovadas, durante o ano de 2011, novas minutas tipo referentes à fundamentação da iniciativa, bem como à avaliação dos contratos celebrados, procurando sistematizar os dados e homogeneizar os procedimentos na empresa.

No caso da fundamentação da iniciativa (documento a aplicar de modo generalizado a todas as contratações), tal minuta inclui de modo individualizado e entre outros aspetos, a necessidade de contratar, justificando que a solução proposta satisfaz o princípio da economia, eficiência e eficácia, a eventual ausência de soluções internas ou outro motivo específico para a proposta de recurso ao exterior, bem como os objetivos que se pretendem alcançar com a contratação.

No caso da avaliação dos contratos celebrados (documento vocacionado para os contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€, conforme orientação transmitida via ofício circular nº 6132, de 6 de agosto de 2010, da DGTF), a minuta inclui, também de modo individualizado e entre outros aspetos, os desvios temporais e/ou financeiros que tenham ocorrido e respetiva justificação.

Durante o ano de 2011, foram também introduzidas em todas as minutas tipo existentes, as alterações necessárias para que passassem a contemplar as novas regras de cabimentação (a que a REFER passou a estar obrigada enquanto Entidade Pública Reclassificada, bem como a sujeição ao visto prévio do Tribunal de Contas - por via da publicação em dezembro de 2011 da Lei 61/11).

Anota-se que, atualmente, e independentemente da documentação tipo que se encontra em preparação, a REFER, E.P.E. acautela já devidamente nos respetivos títulos contratuais e Cadernos de Encargos integrantes dos mesmos, as obrigações e responsabilidades que impendem sobre os adjudicatários na execução dos serviços, incluindo, consoante os casos e conforme adequado, cláusulas de específicas de responsabilidades e de penalidades por deficiências no serviço.

É ainda de referir que a REFER, E.P.E. tem procurado o envolvimento das empresas suas participadas maioritariamente no cumprimento dos Princípios de Bom Governo que impendem sobre este tipo de empresas, transmitindo, inclusivamente conhecimentos, procedimentos e documentos, para que as mesmas os adotem nas situações abrangidas pelo âmbito de aplicação do CCP.

Racionalização de política de aprovisionamento de Bens e Serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A REFER aderiu durante o ano de 2011 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), e credenciou alguns utilizadores para a aplicação Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) da ANCP, E.P.E., com o objetivo de facilitar todo o processo de compras, simplificando os procedimentos de aquisição de bens e serviços, na medida em que o SNCP permite que os mesmos se desenvolvam ao abrigo dos acordos quadro (AQ) celebrados pela Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, E.P.E.).

Para concretizar a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e após a credenciação dos utilizadores na CNCP, foi assinado em 14 de abril de 2011 o contrato de Adesão entre a REFER e a ANCP.

Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento

Estabelece o Despacho nº 155/2011- MEF, de 28 de abril, que as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) devem promover uma maior seletividade no investimento público e estabilizar o crescimento do nível do endividamento das empresas do SEE. Deste modo o Programa de Estabilidade e Crescimento fixa um limite máximo para o crescimento anual do endividamento das empresas públicas da área dos transportes.

Assim, em 2011 a REFER reviu em baixa quer o seu orçamento de exploração quer o orçamento de investimento, observando os limites que lhe foram autorizados no âmbito do então Ministério das obras Públicas Transportes e Comunicações. Os investimentos foram reformulados de forma a garantir as adequadas condições de segurança e serviço.

Cumprimento do Plano de Redução de Custos

Estabelece o Despacho nº 155/2011- MEF de 28 de abril, para as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), a fixação da despesa máxima anual de custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos em 85% do valor registado no ano anterior.

A REFER elaborou os seus planos de atividades e orçamentos considerando como objetivo principal a melhoria, a eficiência e contenção de gastos, de forma a contribuir para a sustentabilidade financeira da Empresa.

Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado

A conjuntura de escassez de liquidez e subida dos custos de financiamento para os bancos nacionais, aliados aos sucessivos downgrades do rating da REFER tiveram como consequência a inexistência de alternativas de financiamento a curto-prazo e a limitação da capacidade negocial da empresa a médio-longo prazo, sendo desta forma necessária a intervenção do Estado Português no refinanciamento da REFER, para fazer face às necessidades de refinanciamento resultantes do pagamento de serviço da dívida.

Caso a Empresa apresente excedentes de tesouraria, e face ao estipulado nos termos da lei, estes serão canalizadas para o IGCP. No entanto, nas esporádicas ocasiões em que tal se verifique, e pelo facto de o IGCP não possibilitar aplicação de fundos em muito curto prazo, reforçamos que continuará a existir um custo de oportunidade para a REFER.

No que se refere aos valores de disponibilidades em caixa e depósitos à ordem, são atualmente mantidos com os saldos mínimos e apenas necessários ao pagamento das responsabilidades de tesouraria da REFER, maioritariamente pagamento a fornecedores e colaboradores, pagamentos estes que, sempre que possível serão efetuados por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP.

Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A análise de sustentabilidade da empresa, nos domínios Económico, Social e Ambiental, está incluída no Relatório de Sustentabilidade produzido pela REFER. Neste relatório estão referidos os seguintes aspetos:

- Estratégias adotadas;
- Grau de cumprimento das metas fixadas;
- Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade;
- Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa;
- Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:
 - Responsabilidade Social:
 - Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e não discriminação;
 - Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores;
 - Adoção de práticas ambientalmente corretas.
 - Desenvolvimento sustentável:
 - Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades);
 - Promoção da proteção ambiental;
 - Contribuição para a inclusão social (empregabilidade).
 - Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade.
- Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo;
- Planos de ação para o futuro.

Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

(RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

De forma a tornar clara a conformidade do Relatório e Contas de 2011 com o instituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, foi elaborada a seguinte tabela descrevendo cada um dos princípios:

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM nº 49/2007, de 28 de março)

	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
2.4. São realizadas auditorias anuais às contas da empresa, por parte de entidades independentes? Exemplifique.	√			É emitido, pelo Revisor Oficial de Contas, relatório anual de auditoria às contas e Certificação Legal de Contas	Relatório e Contas
2.5. Procedeu à criação e manutenção, pelo órgão de administração, de um sistema de controlo adequado à dimensão e complexidade da empresa? Demonstre	√			Através da aprovação de normas específicas e do desenvolvimento de software aplicacional (SAP e E contratos)	
2.6. Existe rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização? Demonstre.	√			Conforme definido nos estatutos da Empresa os membros do conselho fiscal são designados por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, por períodos de três anos, sendo estes renováveis até ao máximo de três vezes.	
I.3. Remuneração e outros direitos					
3.1. Procedeu à divulgação pública das remunerações totais - fixas e variáveis - e demais benefícios e regalias (Seguros de saúde, utilização de viatura, etc.) auferidos por cada membro do órgão de administração e fiscalização? Por que meios?	√			No Relatório e Contas anual e no site de Sector Empresarial do Estado	Relatório e Contas
I.4. Prevenção de conflitos de interesse					
4.1. Os responsáveis da organização abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas?	√				
4.2. É efectuada uma declaração, no início de cada mandato, ao órgão de administração e fiscalização e à IGF, por parte dos membros dos órgãos sociais das empresas, contendo a indicação de quaisquer participações patrimoniais que tenham na empresa ou de relações relevantes que sejam susceptíveis de gerar conflitos de interesses?	√				
I.5. Divulgação de informação relevante					
5.1. Procedeu à divulgação pública imediata de todas as informações que sejam conhecidas, passíveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial da empresa ou as condições de prestação de serviço público?	√			No site da CMVM e site do SEE a informação relevante é imediatamente publicada após a sua ocorrência	
I.6. Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa					
6.1. Procedeu à explicitação dos motivos pelas quais a empresa, em razão da sua dimensão ou especificidade, não está em condições de respeitar os princípios de bom governo, caso seja essa a situação verificada?			√		
II. Princípios relativos à divulgação de informação					
1. Divulga, em site próprio e no site da DGTF, a informação financeira histórica e actual da empresa, identidade e elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais, obrigações de serviço público, modelo de financiamento e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios? Demonstre.	√			Informação divulgada através do Relatório e Contas e no portal da DGTF (SIRIEF)	Relatório e Contas
2. Foi nomeado um Provedor do Cliente, de acesso livre e gratuito?	√			No sitio da EMPRESA estão disponíveis opções de contacto, através das quais o cidadão pode colocar questões/sugestões. Estas são reencaminhadas para os departamentos repetitivos consoante o assunto.	
3. É incluído, nos relatórios de gestão, um ponto sobre o governo das sociedades que inclua: regulamentos internos e externos; transacções relevantes; remunerações dos órgãos sociais; análise de sustentabilidade; análise sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo? Demonstre.	√			Ver Relatório e Contas	Relatório e Contas

Código de Ética e Conduta

Relativamente à ética empresarial, a Comissão de Ética prosseguiu com a sua atividade de acompanhar a implementação do Código de Ética e de Conduta da REFER, bem como de divulgar o seu conteúdo. Nesta última vertente, membros da Comissão de Ética realizaram várias sessões de formação aos colaboradores da Empresa em vários locais do País, integradas no Plano de Formação da empresa.

A Comissão de Ética continuou, também, a acompanhar os casos que lhe foram submetidos, muitos dos quais para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação prática do Código, o que significa que os colaboradores o utilizam como mais uma ferramenta de trabalho, tendo interiorizado os seus princípios e normas de conduta.

Tudo isto contribui para aumentar a cultura de responsabilidade e de integridade que caracteriza a atuação da REFER, baseada nos princípios éticos do rigor, transparência, honestidade e isenção na prossecução da sua missão de proporcionar ao mercado uma infraestrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

As empresas do Grupo REFER pautam a sua atuação pelos valores, princípios éticos e normas de conduta no código de ética do seu acionista.

O código de Ética e de Conduta poderá ser consultado em www.refer.pt.

Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço eletrónico comissao.etica@refer.pt.

Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de modo a Proteger os Investimentos e os seus Ativos

(Ponto 19 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

Com a entrada em vigor do novo código da contratação pública através da publicação do Decreto-Lei nº 18/2008 e, tendo em vista uniformizar a informação e definir os procedimentos que fixem as competências e a forma como deve ser exercido o respetivo controlo foi criado um manual de Procedimentos de Contratação, o qual envolve a função contratação na sua globalidade.

Identificação dos Mecanismos Adotados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses

(Ponto 22 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

“Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Além disso, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.”

A observância do regime de incompatibilidades e impedimentos dos gestores públicos assim como a comunicação de todas as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha na empresa em que exerce funções é assegurada através da entrega de Declaração de Incompatibilidade à Procuradoria-geral da República.

As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos do Conselho.

Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Atualizada

(Prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

Informação a constar no Site SEE

(RCM n.º 49/2007, de 28 de março)

	Cumprido			Comentários (Documento SEE)
	Sim	Não	Não Aplicável	
Estatutos Actualizados (PDF)	√			Estatutos
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			Caracterização da empresa
Ficha Síntese da Empresa	√			Ficha síntese
Identificação da Empresa				
Missão, objectivos, políticas, obrig.serv. Público e modelo de financiamento	√			Caracterização da empresa
Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (Identificação Órgãos Sociais)	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Estatuto remuneratório fixado	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Remunerações auferidas e demais regalias	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Regulamentos e Transacções				
Regulamentos internos e externos	√			Princípios de Bom Governo
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			Princípios de Bom Governo
Outras transacções	√			Princípios de Bom Governo
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	√			Princípios de Bom Governo
Avaliação do Cumprimentos dos PBG	√			Princípios de Bom Governo
Código de Ética	√			Princípios de Bom Governo
Informação Financeira histórica e actual	√			Informação Financeira histórica e actual
Esforço Financeiro do Estado	√			Esforço Financeiro Público

Publicidade Institucional

(RCM n.º 47/2010)

A publicidade institucional, enquanto componente da comunicação empresarial, é uma das ferramentas estratégicas adotadas para veicular a missão da REFER, enquanto empresa gestora da rede ferroviária nacional, e divulgar as suas atividades de serviço público.

Durante 2011, a REFER centrou esta atividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança. A estratégia adotada, dentro de uma ótica de otimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objetivos:

- Informar sobre o lançamento de concursos públicos, no âmbito de empreitadas de construção, conservação e modernização, e sobre outros investimentos em curso;
- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e esclarecer sobre atividades da REFER com impacto nas populações (interdições, entradas ao serviço, etc.);
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projeção pública da REFER, melhorando a perceção social sobre o carácter único e específico da atividade da empresa.

São exemplos, as seguintes iniciativas:

- Ações de informação relativas à conclusão de investimentos e entrada ao serviço (ex: reabertura do troço Bombel-Casa Branca-Évora);
- Campanha de sensibilização e segurança em passagens de nível – no âmbito da campanha “Pare, Escute, Olhe” e da celebração do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, assinalado no dia 9 de junho de 2011, foram realizadas ações publicitárias nalguns órgãos de imprensa nacional;
- Presença em edições e revistas especializadas - ex: revista O Foguete, da Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário, revista Flecha de Prata, do Clube de Entusiastas do Caminho-de-ferro e revista Comboios em Linha, da Fundação Museu Nacional Ferroviário.

Em 2011 o investimento realizado em publicidade institucional foi no valor de 8.025 euros.

Sistema de Gestão de Riscos

Tendo presente as exigências regulatórias a que se encontra sujeita, a REFER tem vindo a desenvolver um conjunto de sistemas de controlo interno e de gestão de risco que visam essencialmente garantir a conformidade entre objetivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação contabilística, financeira e operacional, mitigar a ocorrência de fraude e corrupção e garantir que os riscos críticos são identificados, controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Estes sistemas, alinhados com as melhores práticas internacionais, têm vindo a ser executados continuamente, estando atribuída a responsabilidade pela sua implementação e cumprimento ao nível dos gestores superiores (responsáveis pelas direções operacionais e corporativas) e sendo estabelecida a aceitação do risco residual pelos gestores executivos (Conselho de Administração).

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco contemplam um conjunto de procedimentos relativos à execução, supervisão, monitorização e melhoria contínua dos processos de negócio, nomeadamente nas áreas relativas à preparação e divulgação de informação financeira, representando assim o forte compromisso assumido pela REFER, desde há muito tempo, com a existência de um ambiente de controlo interno efetivo.

Neste âmbito convém referir que a empresa dispõe de normativos internos, instruções técnicas e ordens de trabalho que identificam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de controlo interno adotados, encontrando-se disponíveis para consulta no portal interno da empresa e sendo objeto de revisões regulares por parte dos órgãos responsáveis de forma a garantir que estão adequados à dimensão e complexidade das operações realizadas e dos objetivos da organização.

A empresa dispõe ainda de um sistema integrado de informação (ERP) – SAP e aplicações informáticas de apoio à sua atividade que abrangem as áreas de recursos humanos, financeira, aprovisionamento, manutenção, vendas e contratação pública, com mecanismos de segurança ao nível de acessos e de processos decisórios. Este sistema é sujeito a controlos e ajustamentos regulares, sendo objeto de descrição detalhada em documento apropriado sobre as alterações realizadas.

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de Julho de 2009 veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano. Assim importa referir que a REFER procedeu à elaboração do referido plano, com um âmbito mais alargado, identificando os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade e não apenas o sistema de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, representando este documento uma sistematização e descrição sumária do modelo organizativo instituído.

Nestes termos foi criada a Comissão de Supervisão da Gestão do Risco, órgão autónomo e diretamente dependente do Conselho de Administração, tendo por atribuição, entre outras, proceder à avaliação regular, em articulação com os responsáveis pelas direções operacionais e corporativas, sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A metodologia de avaliação seguida tomou em consideração as referências fornecidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e as orientações estabelecidas pela norma internacional ISO 31001 sobre gestão de riscos, sendo elaborado, anualmente, um relatório sobre a execução do referido plano.

No que se refere à implementação e execução dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, e na sequência das referências supramencionadas, foi desenvolvido em 2011, um conjunto de iniciativas que contribuíram para reforçar o ambiente de controlo interno da REFER, nomeadamente:

- i) Elaboração de instrumentos previsionais, designadamente, planos de atividades e orçamentos de exploração e de investimentos, acompanhamento regular e periódico da respetiva execução, quer pela elaboração e análise de relatórios mensais de execução quer pelo acompanhamento diário das diversas atividades;
 - ii) Revisão sistematizada de normativos internos que regulam as atividades de planeamento, execução, controlo e avaliação, devendo-se destacar a implementação do modelo de caracterização de processos, projeto faseado, contemplando a segmentação e detalhe dos macroprocessos, seguindo as prioridades da estratégia da empresa, com ênfase nas que se relacionam com os objetivos de sustentabilidade financeira;
 - iii) Diagnóstico e revisão de modelos de contratação e de logística implementados, optando-se pela segregação, em função da natureza, tipo e exigências das atividades, tendo sido constituída, na dependência direta do Conselho de Administração, a Direção de Logística e alocado as áreas de contratualização à Direção de Economia e Finanças,
 - iv) Revisão da estrutura organizacional, tendo como propósito fundamental a racionalização de meios e o aumento da eficiência e eficácia das atividades da organização, a qual se tem consubstanciado, essencialmente, na concentração de órgãos, redução de chefias intermédias e consequente melhoria da cadeia de comando e de reporte;
 - v) Ações de formação, sobre as matérias mais relevantes para a prossecução dos objetivos estabelecidos, extensíveis aos colaboradores com intervenção direta nas respetivas atividades/processos de suporte;
-

Anexos

(Anexo ao capítulo Informação sobre Outras Transações)

Anexo I – Contratos que não ocorrem em condições de mercado (Ajuste Direto)

Processo	Objeto	Tipo de Contrato	Tipo de Processo	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
510000094	Adicional projecto da Variante de Santarém	Prestação de Serviços	Adicional	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser	2011-01-03	267 795
510000314	Adicional Empreitada - Linha do Norte - Subtroço 2.3 (Alfa	Empreitadas	Adicional	Obrecol - Obras e Construções	2011-01-11	321677
5010005464	Tr.Electrif.Túneis Gardunha e Penamacor	Empreitadas	Ajuste Directo	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-01-12	690 022
510000388	Adicional Assistência, Manutenção e Reparação de Máq.	Prestação de Serviços	Adicional	EMEF -Emp Manutenç Equip Ferro	2011-01-27	720 000
5010002552	Sistema Desgaste Ondulatório EM 120	Acordo em Valor	Ajuste Directo	Kurt Hommé & CIA, Lda	2011-01-31	378 200
5010006112	L.Sul.estabilização de aterro Pk 236,450/720	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNASOL-FGE Fundações Geotecn	2011-02-09	2 295 949
510000355	Adicional Quadruplicação da Via entre os PK's 13,750 e 18;	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-02-10	525 430
510000321	Adicional LINHA DO MINHO VARIANTE DA TROFAEM F	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-02-10	687 734
5010005976	Prest Serv Reforço PE Est. Évora	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-02-18	278 624
5010006629	Extensão do Sistema de Informação ao Público - Estação	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-02-22	279 997
510000347	Adicional Variante de Alcácer (2ª Fase); Via-Férrea e Instal	Empreitadas	Adicional	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2011-02-24	764 573
510000365	Adicional Variante de Alcácer do Sal (2ª Fase) - Atravessa	Empreitadas	Adicional	Teixeira Duarte-Eng. Construçõ	2011-02-25	1283 330
510000328	Adicional Variante de Alcácer do Sal (2ª Fase) - Atravessa	Empreitadas	Adicional	Teixeira Duarte-Eng. Construçõ	2011-02-25	3 572 927
5010002107	Proj. Passagens Desniveladas	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	GIBB Portugal Strategic Allian	2011-03-01	294 800
510000262	Adicional modernização do troço Barreiro Pinhal Novo	Empreitadas	Adicional	Construtora Abrantina, Sa	2011-03-04	439 000
5010006293	LN-Lx SA-Ex Armz viveres-Remodelação e adaptação esc	Empreitadas	Ajuste Directo	Ecofiac -Construção Civil e O	2011-03-10	885 000
5010007290	C. Branco/Covilhã:Rede Telef. Exploração	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-04-15	300 000
5010005471	Assessoria Gestão Empreend.M mondego	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-05-09	884 690
510000470	Repartição Custos Anuais Estação Oriente	Prestação de Serviços	Adicional	GIL - Gare Intermodal de Lisbo	2011-05-13	908 741
5010006230	L. do Sul repar/repos superestrutura via	Empreitadas	Ajuste Directo	Neopul - Soc Estudos Construçõ	2011-05-18	897 46
5010005645	Aq. Trav. A zobé Túneis Caminha e Tamel	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2011-05-20	262 778
5010000422	Ensaio de Bombagem	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Ancorpo - Geotec. Fundações,	2011-05-25	305 606
5010007532	Manutenção contrato de licenciamento estabelecido entr	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	2011-06-02	754 728
5010005938	Assessoria e Gestão na fase de construção das empreit	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-06-07	820 050
510000433	Adicional ao Contrato remodelação da estações Barcarei	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-06-09	707 232
510000460	Adicional manutenção da Infraestrutura ferroviária na área	Prestação de Serviços	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-06-16	3 361 920
5010006848	Aquisição de material sinalização	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas,	2011-06-17	286 688
5010007381	Aq. de Caixas de impedância ITes	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas,	2011-06-29	356 250
5010006467	Sinalização - V.Novas (EXC) a Évora	Empreitadas	Ajuste Directo	Dimetronic SA	2011-07-14	4 799 496
5010006550	Instalação ATP - Vendas Novas (EXCL) a Évora	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportati n Port	2011-07-18	944 925
510000498	Adicional EP e Interf Estação Évora	Empreitadas	Adicional	TECNOVIA -Sociedade de Empreita	2011-07-18	264 723
510000310	Adicional Assessoria e Fiscalização e Coordenação de	Prestação de Serviços	Adicional	Ws Atkins(Portugal)Consultores	2011-07-19	920 626
510000497	Adicional - Modernização da Linha do Norte e Quadruplica	Empreitadas	Adicional	Obrecol - Obras e Construções	2011-07-19	896 460
5010005966	Prestação Serviços Rede Privativa de Voz	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2011-07-22	280 000
510000279	Adicional Emp.Geral V. Prazeres/Covilhã	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-08-01	405 530
510000476	Adicional Projecto Sines - Elvas. Modernização do Troço	Empreitadas	Adicional	SOMAGUE Engenharia SA	2011-08-05	1438 302
5100000513	Adicional soldadura de carris	Prestação de Serviços	Adicional	RAILTECH PORSOL	2011-08-10	508 140
5100000511	Adicional - Manutenção PNs	Prestação de Serviços	Adicional	Efacec Engenharia e Sistemas,	2011-08-10	684 553
510000458	Adicional quadruplicação de via entre Barcarena e Cacém	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-08-23	728 619
5010006658	Aquisição de balizas convel	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Bombardier Transportati n Port	2011-09-09	521481
5010009402	Elaboração do Projeto de Ampliação da Estação do Oriei	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	SANTIAGO CALATRAVA GmbH	2011-09-19	3 280 000
5010008176	Aditamento Contrato de Prestação de Serviços de Manut	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2011-10-12	2 636 054
5010008239	LN-Lx SA -Criação de Instalações RAVE	Empreitadas	Ajuste Directo	Ecofiac -Construção Civil e O	2011-10-26	348 933
510000621	Adicional Trab. de Manutenção geral de via BA LO	Prestação de Serviços	Adicional	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2011-10-27	421401

Processo	Objeto	Tipo de Contrato	Tipo de Processo	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
510000650	Adicional contrato manutenção da Infraestrutura ferroviária	Prestação de Serviços	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-11-04	2 351 280
5010007600	Empreitada de Modernização do Troço de Bombel e Vidig	Empreitadas	Ajuste Directo	Tomás Oliveira, Empreiteiros S. / Neopul - Soc Estudos Construcô. / SOMAGUE Engenharia	2011-11-14	580 947
510000474	Adicional Linha do Minho Variante da Trofa Empreitada Ge	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-11-17	642 660
5010007557	Plataforma de Passageiros - Est. Évora	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNOVIA - Sociedade de Empreita	2011-12-14	275 646
5010009243	Assessoria e consultoria técnica, elaboração do program	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-15	1580 822
510000630	Adicional, manutenção de Infraestruturas Ferroviárias na /	Prestação de Serviços	Adicional	Neopul - Soc Estudos Construcô	2011-12-19	110 000
510000566	Adicional SISTEMA DO METRO DO MONDEGOREABIL	Empreitadas	Adicional	VIAS Y CONSTRUCCIONES, SA/GABRIEL COUTO, SA/ ELECTREN, SA	2011-12-20	252 335
5010006306	Resinalização da Linha de Sintra	Empreitadas	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-12-22	4 839 566
510000544	Sistema de Mobilidade do Mondego; Ramal da Lousã; Reabilitação do Troço Mirando do Corvo/ Serpins	Empreitadas	Adicional	DST - Domingos da Silva	2011-12-22	319 935
510000510	Adicional Reabilitação e Reforço do Túnel do Sabugal.	Empreitadas	Adicional	Spie Batignolles/Monte Adriano	2011-12-22	252 873
510000494	Adicional Emp.Geral V. Prazeres/Covilhã	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-12-22	677 376
510000411	Adicional Emp.Geral V. Prazeres/Covilhã	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	2011-12-22	1 127 394
510000632	Adicional Beneficiação e Reforço dos Túneis de S. Miguel	Empreitadas	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-12-22	619 992
5010007520	Novas Infraestruturas Sinalização	Empreitadas	Ajuste Directo	Tomás Oliveira, Empreiteiros S. / Neopul - Soc Estudos Construcô. / SOMAGUE Engenharia	2011-12-22	431 476
5010007791	Linha do Sul - Estabilização do talude de aterro entre os kn	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNASOL-FGE Fundações Geotecn	2011-12-26	637 936
5010009111	RIV Alfaiates / Pampilhosa	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-26	882 679

Anexo II – Empreitada de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objeto	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
5010004535	Const. EP e Interface - Évora	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	2011-01-04	2.086.571,01
510000314	Empreitada - Linha do Norte - Subtrçoço 2,3 (Alfareios / Pampilho sa)	Obreco I - Obras e Construções	2011-01-11	321676,93
5010005464	- Construção de Passagens Desniveadas. Caminhos de Acesso e Tr. Electríf. Túneis Gardunha e Penamacor	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-01-12	690.02197
501000612	L.Sul.estabiliz. aterro Pk 236,450/720	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia	2011-02-09	2.295.948,69
510000355	Quadruplicação da Via entre os PK's 13,750 e 13,250 da linha de Sintra e remodelação das estações de Barcarena/Cacém.	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-02-10	525.429,90
510000321	Adicional LINHA DO MINHO	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-02-10	687.734,02
510000347	VARIANTE DA TROFA Adicional Variante de Alcácer (2ª Fase): Via-Férrea e Instalações Fixas de Tracção Eléctrica.	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2011-02-24	764.572,78
510000365	Variante de Alcácer do Sal (2ª Fase) - Atravessamento Ferroviário do Sado: Ponte e Viadutos de Acesso.	Teixeira Duarte-Eng. Construção	2011-02-25	1283.329,56
510000328	Variante de Alcácer do Sal (2ª Fase) - Atravessamento Ferroviário do Sado: Ponte e Viadutos de Acesso.	Teixeira Duarte-Eng. Construção	2011-02-25	3.572.926,84
510000262	Modernização do troço Barreiro Pinhal Novo	Construtora Abrantina, Sa	2011-03-04	438.999,82
5010003519	Linha do Vouga - Segmentos Agueda/Aveiro e Espinho/Oliveira de Azeméis - Accão de Manutenção Correctiva na Superestrutura de LN-Lx SA - Ex Armz viveres-Remodelação e adaptação escritórios	Ferrovias e Construções, S.A., / Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2011-03-10	1279.000,00
5010006293		Ecociaf - Construção Civil e O	2011-03-10	885.000,00
5010002754	L. Minho-Sup PNs 5.ª Cat.-Barcelos	Aurélio Martins Sobreiro & F.ª	2011-03-18	1399.312,32
5010006230	L. do Sul reparação/repos superestrutura via	Neopul - Soc Estudos Construção	2011-05-18	897.146,07
510000433	Remodelação da estações Barcarena e Cacém	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-06-09	707.23199
5010006467	Sinalização - V.Novas (EXC) a Évora	Dimetronic S.A.	2011-07-14	4.799.496,31
5010006550	INST. ATP - VENDAS NOVAS (EXCL) A EVORA	Bombardier Transportation Port	2011-07-18	944.924,88
510000498	Adicional EP e Interf Estação Évora	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	2011-07-18	264.722,57
510000497	Adicional - Modernização da Linha do Norte e Quadruplicação da Lin	Obreco I - Obras e Construções	2011-07-19	896.460,40
510000279	Empreitada Geral V. Prazeres/Covilhã	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-08-01	405.529,78
510000476	Adicional Projecto Sines - Elvas. Modernização do Troço Bombel e Vidigal a Évora. Empreitada Geral de Trabalhos de C. Civil.	SOMAGUE Engenharia SA	2011-08-05	1438.30192
5010002775	Reforço Fundações Ponte da Praia BBaixa	Obreco I - Obras e Construções	2011-08-09	2.133.283,03
510000458	Quadruplicação de via entre Barcarena e Cacém	Edifer-Const.Pires Coelho	2011-08-23	728.619,25
5010005612	Benef. de Pontes e Ph's na Linha do Leste	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	2011-10-17	358.425,19
5010008239	LN-Lx SA - Criação de Instalações RAVE	Ecociaf - Construção Civil e O	2011-10-26	348.933,06
5010007600	Empreitada de Modernização do Troço de Bombel e Vidigal a Évora. Infraestruturas de RCT-TP	Tomás Oliveira, Empreiteiros S./ Neopul - Soc Estudos Construção./ SOMAGUE Engenharia SA	2011-11-14	580.947,01
510000474	Adicional Linha do Minho Variante da Trofa Empreitada Geral de Con	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-11-17	642.660,28
5010006242	Reforço e Reabilitação da Pte. Valença	Teixeira Duarte-Eng. Construção	2011-12-09	3.540.000,01
5010007557	Plataforma de Passageiros - Estação Évora	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	2011-12-14	275.645,66
5100000566	SISTEMA DO METRO DO MONDEGO REABILITAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS TROÇO ALTO	VIAS Y CONSTRUCCIONES, SA/GABRIEL COUTO, SA/ ELECTREN, SA	2011-12-20	252.334,62
5010006306	Resinalização da Linha de Sintra	THALES PORTUGAL, SA	2011-12-22	4.839.566,19
510000544	Sistema de Mobilidade do Mondego; Ramal da Louçã; Reabilitação do Troço Mirando do Corvo/ Serpins	DST - Domingos da Silva	2011-12-22	319.935,26
510000510	Reabilitação e Reforço do Túnel do Sabugal	Spie Batignolles/Monte Adriano	2011-12-22	252.872,86
510000494	Empreitada Geral V. Prazeres/Covilhã	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-12-22	677.376,19
510000411	Empreitada Geral V. Prazeres/Covilhã	OPWAY - Engenharia, S.A.	2011-12-22	1.127.394,04
510000632	Beneficiação e Reforço dos Túneis de S. Miguel da Carreira, do Tamel, de Stª Lucrécia e de Caminha aos Pks 41849:59.303:63.265	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-12-22	619.992,03
5010007520	Novas Infraestruturas Sinalização	Tomás Oliveira, Empreiteiros S./ Neopul - Soc Estudos Construção./ SOMAGUE Engenharia SA	2011-12-22	431.476,43
5010007791	Linha do Sul - Estabilização do talude de aterro entre os km 252,940 e o km 253,010	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia	2011-12-26	637.935,50

Anexo III – Aquisição de Bens de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
5010005645	Aq. Travessas Azobé Túneis Caminha e Tamel	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviárias	2011-05-20	262 778
5010006658	Aquisição de balizas convet	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Portugal	2011-09-09	521481
5010006848	Aquisição de material sinalização	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas,S.A.	2011-06-17	286 688
5010002552	Aquisição de sistema de inspecção do desgaste ondulado	Ajuste Directo	Kurt Hommé & CIA, Lda	2011-01-31	378 200
5010007381	Aq. de Caixas de impedância ITEs	Ajuste Directo	Efacec Engenharia e Sistemas,S.A.	2011-06-29	356 250

Anexo IV – Aquisição de Serviços de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objeto	Tipo de Processo	Fornecedor	Data da Assinatura	Preço Contratual (€)
5110000094	Projecto da Variante de Santarém	Adicional	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser	2011-01-03	267 795
5010004875	Aluguer de equipamentos multifuncionais	Concurso Público	RICOH Portugal, Unipessoal Lda	2011-01-04	825 865
5110000388	Assistência, Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos de Via, celebrado com a EMEF	Adicional	EMEF - Emp Manutenc Equip Ferro	2011-01-27	720 000
5010004254	Seguro de Acidentes de Trabalho	Concurso Público	Mapfre Seguros Gerais, SA	2011-02-10	3 002 362
5010005976	Prest Serv Reformulação PE Est. Évora	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-02-18	278 624
5010006629	Extensão do Sistema de Informação ao Público - Estações do Fundão e da Covilhã, na linha da Beira Baixa	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-02-22	279 997
5010002107	Proj. Passagens Desniveladas	Ajuste Directo	GIBB Portugal Strategic Allian	2011-03-01	294 800
5010004712	Prestação de Serviços de Exploração, Manutenção, Conservação, Reparação, Limpeza e Segurança dos Parques de Estacionamento das estações do Barreiro (Lote 1) e Setúbal (Lote 2)	Concurso Público	4 Parking, Lda	2011-04-08	252 000
5010007290	C. Branco/Covilhã:Rede Telef. Exploração	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	2011-04-15	300 000
5010002325	Inspeção ultrasónica de carril	Concurso Público	Sperry Rail International Ltd	2011-05-09	779 400
5010005471	Assessoria à Gestão global do empreendimento, Fase de Projecto, da 1ª Fase do Sistema de Mobilidade do Mondego	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-05-09	884 690
5110000470	Repartição custos anuais Estação Oriente	Adicional	GIL - Gare Intermodal de Lisbo	2011-05-13	908 741
5010000422	Ensaio de Bombagem	Ajuste Directo	Anco por - Geotec. Fundações,	2011-05-25	305 606
5010004512	Manutenção das subestações	Concurso Público	Siemens,S.A.	2011-06-01	2 41781
5010000452	Manutenção das subestações	Concurso Público	Efacec - Servicos Manut Assist	2011-06-01	1973 544
5010007532	Manutenção contrato de licenciamento estabelecido entre a REFER e a Microsoft	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	2011-06-02	754 728
5010005938	Assessoria e Gestão na fase de construção das empreitadas Miranda do Corvo/Serpins e Alto de S. João/Miranda do Corvo do Sistema de Mobilidade do Mondego.	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-06-07	820 050
5110000460	Manutenção da Infraestrutura ferroviária na área geográfica do Contrato 15/05-CA/CM, para as Especialidades de Via e Catenária	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-06-16	3 361920
5010004529	Deservagem Química na RFN - Via Larga	Concurso Público	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-06-29	2 306 016
5110000310	Adicional Assessoria e Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra relativa à Empreitada de Construção Civil, Via e Catenária – Modernização da Linha da Beira Baixa	Adicional	Ws Atkins(Portugal)Consultores	2011-07-19	920 626
5010005966	Prestação Serviços Rede Privativa de Voz	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	2011-07-22	280 000
5110000513	Adicional soldadura de carris	Adicional	RAILTECH PORSOL	2011-08-10	508 40
5110000511	Manutenção PNs	Adicional	Efacec Engenharia e Sistemas,	2011-08-10	684 553
5010009402	Elaboração do Projeto de Ampliação da Estação do Oriente e sua adaptação à Alta Velocidade	Ajuste Directo	SANTIAGO CALATRAVA GmbH	2011-09-19	3 280 000
5010006611	Manutenção B. Tensão-C.Rainha,Tunes	Concurso Público	Efacec - Servicos Manut Assist, / Manvia - Manutenção e Exploraç	2011-10-04	452 663
5010006611	Manutenção B. Tensão-C.Rainha,Tunes	Concurso Público	MANINDÚSTRIA - Conserv. Manute	2011-10-10	678 344
5010008176	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Assistência a Aparelhos de Via	Ajuste Directo	Futrifer-Indústrias Ferroviári	2011-10-12	2 636 054
5110000621	Adicional Trab. de Manutenção geral de via BA LO	Adicional	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	2011-10-27	421401
5110000650	Contrato manutenção da Infraestrutura ferroviária na área geográfica do Contrato 15/05-CA/CM, para as Especialidades de Via e Catenária	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	2011-11-04	2 351280
5010009242	Assessoria e consultoria técnica, elaboração de estudos e projectos (programa base, estudo prévio, anteprojecto, projecto de execução) no âmbito do Empreendimento Areiro-Sacavém	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-09	5 985 000
5010009243	Assessoria e consultoria técnica, elaboração do programa base e do estudo prévio no âmbito da Empreitada Geral 1 – Areiro/Oriente do Empreendimento Areiro-Sacavém	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-15	1 580 822
5010007548	Prestação de Serviços do Seguro de Responsabilidade Civil da REFER	Concurso Público	BES-C.S.Tranquilidade Vida S.A. / Zurich Insurance PLC - Sucursa	2011-12-15	1 788 942
5110000630	Adicional, manutenção de Infraestruturas Ferroviárias na Área da Zona Operacional de Conservação Sul	Adicional	Neopol - Soc Estudos Construçõ	2011-12-19	1 110 000
5010009111	RIV Alfarelos / Pampilhosa	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	2011-12-26	882 679